

Vícios do capitalismo

O GLOBO

20 ABR 1988

PAULO LUSTOSA

20 ABR 1988

O capitalismo brasileiro vive o instante mais crítico de sua trajetória neste século. As três fontes básicas de seu financiamento, o Estado, a poupança interna e o capital externo, estão circunstancialmente esgotadas. Sem capital, óbvio, não pode haver capitalismo.

Não é essa, no entanto, a única impossibilidade que cerca a nossa economia de mercado. Há muitas outras, o que confere ao capitalismo brasileiro uma aura de peculiaridade e singularidade. Senão, vejamos.

A estrutura-padrão da empresa brasileira transgride as mais elementares normas do capitalismo. Nada menos que 70 por cento de seus recursos globais advêm de empréstimos. Os capitais de risco representam apenas 30 por cento, o que gera uma dependência extremamente perigosa de nossas empresas a esquemas de subsídios e outros paternalismos. São empresas de capital bancário, que produzem uma modalidade *sui generis* de capitalismo, onde o lucro vai para o capitalista e as perdas são socializadas. Por trás, a presença do Estado, no papel de hospital financeiro (à custa, naturalmente, do contribuinte, que é quem paga a conta).

Nesse quadro de disposições e inversão de valores, temos a síntese do capitalismo nacional:

- O capitalista não tem capital;
- Não corre riscos;
- Não faz sacrifícios;
- Quer resultados imediatos.

Como é evidente, não podia dar certo. A perversão de alguns princípios fundamentais do regime de livre iniciativa, entre os quais a supressão do fator risco, resultou na moldagem de um Estado onipresente, intervencionista e igual-

mente deformado em suas funções. O Estado brasileiro, hoje, está onde não devia (regulando a economia, criando obstáculos burocráticos de toda sorte aos que querem investir e salvando empresas falidas) e não onde devia (na segurança pública, saúde, educação, infra-estrutura urbana etc.).

A crise por que passa a economia brasileira é, pois, não apenas de natureza financeira, mas também e fundamentalmente conceitual. É preciso repensar nosso capitalismo, de modo a melhorar sua **performance** e devolver-lhe níveis competitivos.

Nesse exercício crítico, vejamos quais têm sido as fontes de capitalização de nossas empresas.

■ Inflação — Funciona entre nós como um Robin Hood às avessas que tira de quem precisa para dar a quem não precisa. Não apenas: perverte a produtividade e estimula a ciranda financeira.

■ Tributação — Por uma dessas distorções históricas (as mesmas que transformaram o Estado em hospital financeiro de capitalistas falidos e aboliram o risco da economia de mercado), a tributação, no Brasil, pune o assalariado e favorece o capital.

■ Regime de incentivos fiscais — Constitui uma das mais gritantes anomalias nas relações Capital-Estado no Brasil. Manifesta-se de diversas formas: benesses fiscais, subsídios ao crédito, fornecimento de matéria-prima etc., sempre dentro do princípio de que o capitalismo não deve correr riscos e de que a coletividade deve patrociná-los.

■ Sonegação — Como se não bastasse a tributação inadequada, a tirar mais do salário que do capital, há ainda, entre os capitalistas brasileiros, uma sólida convicção: é

preciso sonegar, caso contrário não se sobrevive. Resultado: evasão maciça de tributos municipais, estaduais e federais.

■ Reserva de mercado — Aberração jurídica que atenta contra a própria essência do capitalismo. Sem competitividade, não há capitalismo. A reserva de mercado dispensa esse ingrediente e transforma a livre iniciativa em feudo de uns poucos privilegiados, punindo o consumidor com um baixo padrão de mercadorias. Onde há reserva de mercado dificilmente há reserva de qualidade.

■ Proteção aduaneira — Sob argumentos de inspiração nacionalista, estimula-se a xenofobia. O produto nacional, dispensado do confronto de qualidade com o estrangeiro, priva-se da atualização tecnológica e deixa de oferecer padrões razoáveis de qualidade. Premia-se, pois, a incompetência.

Não é só, mas certamente não é pouco. Já é hora de o Brasil, com a responsabilidade que tem de ostentar o octavo PIB do mundo ocidental, rever posturas e remover privilégios. Não há liberdade sem responsabilidade, assim como não há economia de mercado sem risco. Nossos capitalistas, habitualmente tão críticos com relação ao intervencionismo estatal (o que é uma postura conceitual correta), precisam também olhar para o próprio umbigo.

O mega-Estado que aí está, com seu cortejo de perversões e anomalias, é apenas o outro lado de uma moeda falsa que há muito circula entre nós: o capitalismo sem capitalistas, isto é, sem homens efetivamente dispostos a conviver com uma taxa de risco em seus empreendimentos.